Entenda o Processo Judicial de Reparação



A reparação integral das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, em 2019, demanda tratar de vários temas e decisões que fazem parte do Processo Judicial de Reparação.

Como Assessoria Técnica Independente (ATI), o Instituto Guaicuy acompanha esse processo junto às populações atingidas das Regiões 4 e 5, contribuindo para o acesso à informação, a participação e a defesa de seus direitos na reparação dos danos causados pelo rompimento.

Para contemplar esses diferentes caminhos, o Plano de Trabalho do Processo Judicial está estruturado em quatro atividades, que se relacionam entre si:

- Medidas e situações emergenciais
- Estudos de Risco
- Perícias
- Acompanhamento processual

É importante lembrar que ainda não há planos de trabalho para o acompanhamento, pela ATI, das indenizações individuais e do Novo Auxílio Emergencial.



MEDIDAS E SITUAÇÕES EMERGENCIAIS

As medidas e situações emergenciais consistem em ações impostas à Vale para suprir as demandas de acesso e uso da água pelas pessoas atingidas, após a recomendação de não utilização do Rio Paraopeba, em 2019.









Medidas

O QUE SÃO?

Fornecimento de água para **cozinhar e beber**, para **irrigação** e para **consumo animal**. A Vale também deve fornecer alimentação para os animais e providenciar benfeitorias, como caixas d'água, bebedouros e cercas.

QUEM TEM DIREITO?

Pessoas residentes em comunidades localizadas a até **100 metros da margem do Rio Paraopeba**, de Brumadinho até o reservatório de Retiro Baixo (na divisa entre os municípios de Curvelo e Pompéu), e que não tenham fornecimento de água por fontes alternativas.

Atenção: Embora tenha sido atingida pelo rompimento, a **Região 5 não está incluída** entre as áreas contempladas pela decisão judicial para acesso às medidas emergenciais.

Situações

O QUE SÃO?

As situações emergenciais abrangem o acompanhamento da qualidade da água e a instalação de **filtros e sistemas de tratamento** para a população atingida, além de outras questões socioambientais relacionadas.

QUEM TEM DIREITO?

Atenção: As **Regiões 4 e 5** estão incluídas no acompanhamento das situações emergenciais.

O Guaicuy recebe e encaminha as demandas das pessoas atingidas e acompanha o cumprimento das medidas e situações emergenciais, que são de responsabilidade da Vale. A partir das ocorrências relatadas e identificadas nos territórios, são produzidos documentos e dossiês técnicos para registrar os problemas e cobrar respostas.

As medidas e situações emergenciais **não são ações voluntárias da empresa**. Elas são obrigações que surgem diante dos danos e das consequências do desastre-crime, para garantir minimamente a continuidade das atividades afetadas enquanto esses problemas ainda persistem.





ESTUDOS DE RISCO

Os Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE) na Bacia do Paraopeba têm o objetivo de **identificar, caracterizar e quantificar os riscos** potenciais à saúde das populações atingidas e ao meio ambiente, em consequência dos danos decorrentes do rompimento da barragem.

Atualmente eles são executados pela Environmental Resources Management (ERM), empresa contratada pela Vale, e são divididos em 5 fases:

- **Fase 1:** Levantamento de informações sobre saúde e meio ambiente e das preocupações da comunidade com a saúde
- **Fase 2:** Investigação detalhada para Saúde e Meio Ambiente
- **Fase 3:** Avaliação de Risco
- **Fase 4:** Plano de Gestão Ambiental Integrada
- **Fase 5:** Execução do Plano de Gestão Ambiental Integrada*

*A ERM executará os Estudos até a Fase 4. A Fase 5 é de responsabilidade compartilhada entre a Vale e o poder público.

A responsabilidade de realizar a auditoria dos Estudos é da AECOM, que todo mês presta contas às Instituições de Justiça e ao Estado de Minas Gerais sobre o cumprimento das obrigações da Vale referentes ao andamento dos ERSHRE.

O Guaicuy acompanha essas reuniões como ouvinte e elabora um boletim com as informações, bem como analisa os documentos técnicos e informa as pessoas atingidas sobre o andamento dos Estudos.

Para acompanhar, fique de olho nos boletins mensais:

bit.ly/4jwuglx


Boletim ambiental #8

Atualizações sobre o Programa de Recuperação Socioambiental da Bacia do Paraopeba

Boletim de Estudos de Risco #10

Atualização sobre os Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico

PERÍCIAS

As perícias são estudos independentes realizados por meio de um Comitê Técnico-Científico da Universidade Federal de Minas Gerais (CTC/UFMG), que atua como perito do juiz. Esses estudos ajudam a entender questões que precisam de conhecimento técnico e científico e dão suporte para que o magistrado possa tomar suas decisões. Como os danos envolvem diferentes áreas, a UFMG reúne pesquisadores de várias especialidades para produzir os dados e informações de forma crítica e independente.

Perícias do CTC/UFMG – **Subprojetos**

Eixos temáticos das pesquisas

- Caracterização e avaliação da população atingida
- Mudanças no uso e cobertura do solo
- Impactos ambientais
- Impactos nas populações animais e na segurança alimentar
- Impactos na saúde humana
- Impactos socioeconômicos

O Guaicuy acompanha a elaboração e a execução de cada um dos subprojetos periciais, analisa criticamente os relatórios com um olhar multidisciplinar e acompanha a divulgação dos resultados em espaços promovidos pelas Instituições de Justiça.

Quer entender os resultados e as movimentações atuais das perícias? Consulte:

Fichas Populares
bit.ly/4eG9jRI

Painel das Perícias
bit.ly/4dP5rO6

ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

O acompanhamento processual busca compreender, avaliar, monitorar e divulgar tudo que envolve o processo de reparação, tornando essas informações mais acessíveis às pessoas atingidas. Esse trabalho possibilita identificar movimentações no processo que possam produzir impactos nos territórios e influenciar nas estratégias de luta pela reparação.

O acompanhamento processual requer organização e sistematização de documentos, produção de materiais de comunicação, fichas processuais, entre outros materiais que ajudam a explicar, de forma mais simples, o que está acontecendo no Processo Judicial. Além disso, é necessário acompanhar reuniões e manter o diálogo com as Instituições de Justiça e outros atores envolvidos na reparação.

É uma atividade transversal porque se relaciona com todas as outras frentes do Plano de Trabalho. Assim, o acompanhamento processual ajuda a ligar os diferentes pontos da reparação, mostrando como questões vividas nos territórios chegam ao processo e como o que acontece na Justiça pode repercutir na vida e nos direitos das pessoas atingidas.

Quer acompanhar as principais movimentações dos processos? Acesse as **Fichas de Análise Processual**:

bit.ly/4dP5rO6

O Plano de Trabalho do Processo Judicial articula essas quatro frentes de atuação. Por isso, acompanhar o processo é também entender o caminho da reparação: saber o que já aconteceu, o que está sendo discutido, quais atores estão envolvidos, o que ainda precisa de resposta e quais podem ser os próximos passos.

A partir dessas informações, são realizados espaços com as pessoas atingidas para compartilhar informações, tirar dúvidas e fortalecer uma participação cada vez mais informada nos espaços da reparação.



As principais dúvidas sobre o processo de reparação estão respondidas no **Direto ao Ponto**:

bit.ly/3WzkgOO

Instituto GUAICUY

guaicuy.org.br

contato@guaicuy.org.br

Coordenador de Comunicação: Mathias Botelho. **Elaboração**: Assessoria de Mitigação (Processo Judicial). **Texto**: Natália Ferraz. **Diagramação**: Priscila Justina. **Fotos**: Daniela Paoliello, Fabiano Lana (Guaicuy)